

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Do Sr. JERÔNIMO GOERGEN)

Reduz a zero as alíquotas da contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins incidentes sobre inoculantes agrícolas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

VI - inoculantes agrícolas classificados no código 3002.90.99 da TIPI;

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, prevê redução a zero das alíquotas da contribuição para o Pis/Pasep e da Confins para inoculantes fixadores de nitrogênio classificados no código 3002.90.99 da TIPI. Nada mais justo, já que se trata de importante insumo agrícola. Entretanto, a pesquisa científica tem evoluído e inserido no mercado novas linhas de inoculantes, como é o caso do primeiro inoculante para solubilização de fósforos para plantas, desenvolvido em parceria com a Embrapa. Trata-se de tecnologia inovadora, desenvolvida no país, que tem excelentes resultados na agricultura.



De fato, como expõe parcela dos desenvolvedores do referido inoculante, em Consulta formulada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil:

“Essa tecnologia vem sendo considerada revolucionária pelo fato de disponibilizar fósforo para as culturas do milho, soja e cana-de-açúcar, reduzindo assim os custos de produção para esses cultivos, bem como, a redução da importação desse elemento, pois o Brasil não possui reservas de fósforo para suprir toda a demanda agrícola do país.

Ela é formulada a partir de bactérias do gênero Bacillus, sendo que elas irão atuar diretamente a solubilização do fósforo que se encontra retido no solo dando maior aporte do elemento para as plantas.

Fica nítido, portanto, que os inoculantes solubilizadores de fósforo têm as mesmas características da dos inoculantes fixadores de nitrogênio, no qual ambos os produtos são desenvolvidos para melhorarem a agricultora, reduzindo os custos de produção.”

Ocorre que em 2004, ano em que foi publicada a Lei nº 10.925, essa nova tecnologia ainda estava em desenvolvimento e, obviamente, não havia como o legislador ter ciência de que o texto legal estava deixando essa lacuna.

A pesquisa realizada pela Embrapa e pelo setor privado no desenvolvimento de novas tecnologias que auxiliem na produção agrícola brasileira é avançada e, por vezes, a legislação não consegue acompanhar a quantidade de inovações apresentadas. Por essa razão, apresentamos este Projeto de Lei para retirar do texto da Lei nº 10.925/2004 a limitação de concessão do benefício apenas aos inoculantes produzidos a partir de bactérias fixadoras de nitrogênio. Assim, novas linhas desses produtos, surgidas por intermédio da pesquisa científica, também poderão usufruir do incentivo da alíquota zero da contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins.

Por essas razões, considerando a importância desse incentivo fiscal ao desenvolvimento de novas tecnologias que garantam a manutenção da produtividade agrícola no país, estou certo que conto com o apoio de meus ilustres pares para aprovação do presente projeto de lei.



Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN

